

## A Educação Escolar Indígena e o ensino remoto em tempos de pandemia

Cila Mariá Ferreira Fonseca de Oliveira<sup>1</sup>

Giovana de Oliveira Ribeiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda em Linguística – UNEMAT; Mestra em Letras – UNIR; Graduada em Letras Língua e Literatura Portuguesa – UFAM; Assessora pedagógica – Gerência de Educação Indígena – SEMED/Manaus; [cila.oliveira@unemat.br](mailto:cila.oliveira@unemat.br)

<sup>2</sup>Mestra em Ensino Profissional e Ensino Tecnológico – PPGET/IFAM – Assessora Pedagógica da Educação Escolar Indígena – SEMED/Manaus; [giovana.ifam2018@gmail.com](mailto:giovana.ifam2018@gmail.com)

---

### RESUMO

Devido à situação sanitária que assolou o mundo em 2020, em decorrência da pandemia do Coronavírus, as esferas públicas e privadas a nível nacional foram afetadas de inúmeras formas, desde o fechamento do comércio, o que gerou uma alta de desempregos, até o colapso da rede de saúde e a morte de centenas de pessoas vitimadas pelo novo vírus. No campo da Educação, não foi diferente, porque com o fechamento das escolas e a suspensão das aulas, alunos, pais e professores temeram pela perda e prejuízo do ano letivo. Neste artigo abordaremos, primeiramente, sobre as comunidades indígenas atendidas pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED na cidade de Manaus e os impactos provocados pelo novo vírus na continuidade do ensino e aprendizagem nestas comunidades. A partir desse contexto, traçaremos uma reflexão acerca da solução viável utilizada para a continuidade da Educação Escolar Indígena promovida pela SEMED/Manaus através de sua Gerência de Educação Escolar Indígena/GEEI. Os procedimentos metodológicos centram-se na revisão de literatura e legislação educacional, e na observação das atividades de assessoramento pedagógico coordenadas pela GEEI, durante o período de pandemia, que acompanha 04 (quatro) Escolas Indígenas/EIs na área rural e 17 (dezessete) Centros Municipais de Educação Escolar Indígena/CMEEIs, nas áreas urbana e rural. Os resultados apontam que a continuidade do trabalho, tanto da Gerência de Educação Escolar Indígena quanto das EIs e CMEEIs, procura se pautar dentro do que é estabelecido e referendado na legislação existente sobre a educação escolar indígena e nas orientações determinadas pela SEMED na adoção da modalidade híbrida de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena; Acesso remoto; Pandemia.

### *Indigenous School Education and Remote Education in Times of Pandemic*

#### Abstract

Due to the health situation that plagued the world in 2020, due to the Coronavirus pandemic, the public and private spheres at national level were affected in many ways, from the closing of trade, which generated a rise in unemployment, until the collapse of the economy. health network and the death of hundreds of people victimized by the new virus. In the field of Education it was no different, because with the closing of schools and the suspension of classes, students, parents and teachers feared for the loss and loss of the school year. In this article, we will first address the indigenous communities served by the Municipal Education Secretariat / SEMED in the city of Manaus and the impacts caused by the new virus on the continuity of teaching and learning in these communities. From this context, we will outline a reflection on the viable solution used for the continuity of Indigenous School Education promoted by SEMED / Manaus through its Indigenous School Education Management / GEEI. The methodological procedures focus on the review of literature and educational legislation, and on the observation of pedagogical advisory activities coordinated by GEEI, during the pandemic period, which accompanies 04 (four) Indigenous Schools / IS in the rural area and 17 (seventeen) Municipal Centers for Indigenous School Education / CMEEIs, in urban and rural areas. The results indicate that the continuity of the work, both of the Indigenous School Education Management and of the EIs and CMEEIs, seeks to be guided by what is established and endorsed in the existing legislation on indigenous school education and in the guidelines determined by SEMED in the adoption of the modality hybrid teaching.

**Keywords:** Indigenous School Education; Remote access; Pandemic.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, apresentamos um estudo sobre a continuidade do processo pedagógico de ensino e aprendizagem nas Escolas Indígenas (EIs) e Centros Municipais de Educação Escolar Indígena (CMEEIs), na cidade de Manaus e entornos, durante o período da pandemia do Coronavírus.

Devido à necessidade de isolamento social, com o intuito de conter a transmissão viral no âmbito da escola, foram criadas e utilizadas como ações emergenciais algumas alternativas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem. Um dos caminhos adotados foi a continuidade da educação por meio do ensino remoto, utilizando canais midiáticos acessíveis aos alunos, pais, professores, assessores pedagógicos e comunidades indígenas, com o apoio da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI) e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED/Manaus).

O objetivo deste trabalho é discutir o contexto atual da Educação Escolar Indígena, que devido à pandemia do Coronavírus, sofreu algumas modificações, afetando o cotidiano escolar de alunos e professores, assim como da sociedade de maneira geral. Neste texto, são discutidos os conceitos de Educação Escolar Indígena e o Ensino Remoto com o uso de recursos tecnológicos no ambiente público, destacando os pontos positivos e os desafios enfrentados, bem como as práticas pedagógicas utilizadas na continuidade do ensino-aprendizado dos alunos indígenas em contexto urbano atendidos pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED/MANAUS.

### A Educação Escolar Indígena na cidade de Manaus e entornos

Em 2002, a Secretaria Municipal de Educação, SEMED/Manaus, promoveu o I Círculo de Palestras - Educação Escolar Indígena. Nesse evento, foi organizado um Grupo de Trabalho Indígena (GTI) para estudar e realizar um diagnóstico da situação escolar indígena no

município de Manaus e, posteriormente, elaborar uma proposta de educação a ser implantada na SEMED/Manaus (RUBIM, 2011). Para compor o GTI foram convidados representantes de organizações indígenas: Associação Comunitária *Tikuna Wotchimaücü*, Conselho Indígena *Sateré-Mawé Y'apyrehy't*, Conselho Indígena *Sateré-Mawé Inhãa-bé*, dentre outras e órgãos indigenistas como Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Universidade do Estado do Amazonas/UEA e Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Após os encontros do GTI, foi solicitada a oficialização e publicação de portaria junto à SEMED/Manaus, com a finalidade de institucionalizar a Educação Escolar Indígena no Sistema Educacional do Município. Frente a esse propósito, após um período de visitas às comunidades indígenas de Manaus e entornos, o GTI apresentou os resultados e deliberou os seguintes encaminhamentos:

- 1- Legitimação da modalidade Educação Escolar Indígena no Sistema Municipal de Educação e solicitação de participação nos recursos federais e estaduais destinados à Educação Escolar Indígena;
- 2- Inserção no organograma da SEMED/Manaus de um setor destinado para os trabalhos da Educação Escolar Indígena, segundo prescreve a legislação vigente;
- 3- Legitimação do GTI com o objetivo de justificar a presença dos membros nas reuniões; e,
- 4- Sondagem antropológica das comunidades indígenas existentes no Município de Manaus (Decreto nº 8396/2006).

A partir dessas propostas, em janeiro de 2005, a Educação Escolar Indígena, a nível municipal, se consolidou na administração do prefeito Serafim Corrêa e do Secretário de Educação, professor José Dantas Cyrino Júnior, que apresentou como meta de trabalho do novo governo, dentre outras, atendimento a uma educação diferenciada às comunidades indígenas residentes no município de Manaus,

criando assim, em abril de 2006, o Núcleo de Educação Escolar Indígena (NEEI), pelo Decreto nº 8.396/2006.

O NEEI teve suas competências estabelecidas no Regimento Interno da SEMED/Manaus, pelo Decreto n. 8.912/2007, que estabeleceu as seguintes diretrizes para a Educação Escolar Indígena no município de Manaus:

- I - Elaborar, coordenar e executar o currículo de educação escolar indígena;
- II - Planejar, orientar, monitorar e avaliar os programas e projetos que integram as atividades do processo ensino-aprendizagem na área de educação escolar indígena;
- III - Elaborar políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena;
- IV - Propor, monitorar e avaliar os programas de formação inicial e continuada dos professores da educação escolar indígena;
- V - Orientar, pedagogicamente, as gerências distritais zonais e unidades de ensino sobre as culturas indígenas;
- VI - Assegurar o cumprimento das normas pedagógicas emanadas da Coordenadoria de Gestão Educacional;
- VII - Promover, organizar e estimular a produção de material didático-pedagógico específico de cada povo indígena (Decreto nº 8912/2007, art. 46).

Com esse propósito, o NEEI foi organizado por professores indígenas e não indígenas que assumiram o trabalho referente à educação escolar indígena, assegurando, dessa forma, aos povos indígenas uma educação específica e diferenciada às etnias que vivem em contexto urbano na cidade de Manaus e em seus entornos.

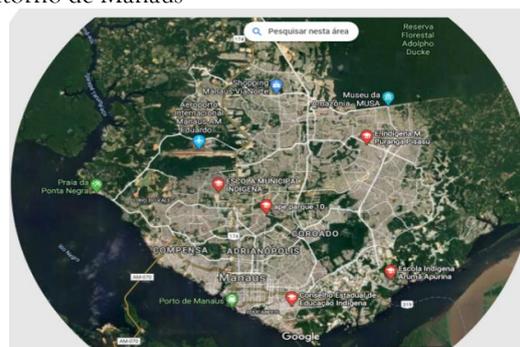
Os trabalhos do NEEI eram voltados à elaboração e execução de projetos, seminários, encontros pedagógicos, oficinas, palestras, acompanhamentos pedagógicos societários, jogos, mostras de arte e cultura e organização do Programa de Formação de Professores Indígenas, por meio do Projeto MANAÓ, que visou promover a formação, a nível fundamental e médio, para os professores

indígenas atuarem no magistério para as séries iniciais.

Por conseguinte, foram contratados pela Portaria nº0016/2007, 12 professores indígenas indicados por suas comunidades. O atendimento foi direcionado para as seguintes comunidades da área urbana de Manaus e seus entornos (rural/ribeirinha): área Ribeirinha/Rio Negro: Três Unidos, Igarapé-Açu, São Tomé, Terra Preta; área Ribeirinha/Rio Cuieiras: Nova Canaã, Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança; Área urbana: *Wotchimaücü*, no bairro Cidade de Deus, *Kokama* no bairro Puraquequara II, Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, no bairro Aleixo e *Sateré-Mawé*, no bairro Redenção.

Na fase inicial do NEEI foram beneficiadas as comunidades indígenas que já desenvolviam experiências educacionais e que dispunham de estrutura física e uma demanda de crianças em idade escolar. Esse propósito visava organizar bases experimentais com a finalidade de superar dificuldades desenvolvendo propostas viáveis para os grupos indígenas residentes na área urbana e rural do município de Manaus. As atividades do Núcleo pautavam-se em duas frentes de trabalho, uma voltada ao trabalho com indígenas residentes no núcleo urbano da cidade e outra voltada ao trabalho com as comunidades indígenas residentes no núcleo rural (SANTOS, 2016 & RUBIN 2011).

Figura 1: Imagem de satélite das Escolas Indígenas no entorno de Manaus



Fonte: Gerência de Educação Escolar Indígena - SEMED/Manaus

Posteriormente, no Regimento e Estrutura Operacional da SEMED/Manaus, o Núcleo de Educação Escolar Indígena passou a ser denominado - Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), subordinada à Divisão de Ensino Fundamental/Departamento de Gestão Educacional pelo Decreto nº 0090/2009.

Dentro dessa nova dinâmica, o setor se propunha a implantar uma política de educação escolar que priorizasse os projetos societários dos povos e comunidades indígenas no contexto, urbano e rural, do município de Manaus, tendo como missão garantir, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo a condição de escola diferenciada, intercultural e bilíngue, destacando a valorização plena das culturas dos povos e comunidades indígenas. (SANTOS, 2012). Com esse enfoque, inerente ao âmbito da Educação Básica, o Decreto nº 1.394, de 29 de novembro de 2011, reconheceu a categoria de professores indígenas e tratou da criação da categoria “Escola Indígena”, assim estruturada no âmbito da educação básica do município de Manaus.

A estrutura e o funcionamento das EIs são reconhecidos como escola diferenciada, com normas e ordenamento jurídico próprios e diretrizes curriculares de ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas e comunidades dos povos indígenas, à afirmação e à manutenção de suas diversidades étnicas (Decreto nº 1.394/2011, parágrafo único, art. 1º).

Conforme o citado decreto, em seu artigo 8º, as Escolas Indígenas classificam-se em espaços culturais e espaços educativos e seu funcionamento condiciona-se à emissão de parecer técnico favorável do Conselho Municipal de Educação/CME. Todavia, a nomenclatura disposta no referido artigo, quanto à denominação de espaços culturais e espaços educativos, não especifica a função e

atribuições desses espaços. No que se refere à Educação Escolar Indígena, de acordo com Grupioni,

a escola é todo o espaço físico da comunidade. Ensina-se a pescar no rio, evidentemente. Ensina-se a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora (2006, p. 17).

Com relação à formação de professores indígenas, o mesmo Decreto nº 1394/2011, em seu artigo 15, estabelece que a SEMED/Manaus, através da Gerência de Educação Escolar Indígena, será responsável pela definição da política de formação do professor indígena, assim como de sua execução em conjunto com a comunidade indígena.

Entre muitos desafios, as ações desenvolvidas pela GEEI objetivam contribuir para o fortalecimento da EEI<sup>1</sup> e da EI<sup>2</sup> nas Escolas e nos Centros Municipais de Educação Escolar Indígena de Manaus, em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais pautadas pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade e da interculturalidade, fundamentos originais da Educação Escolar Indígena.

#### **As comunidades indígenas em Manaus e entornos**

O reconhecimento de quatro Escolas Indígenas no município de Manaus fundamentou-se na Lei Orgânica do Município que estabelece, no artigo 346, a garantia às comunidades indígenas ao ensino regular, ministrado de forma intercultural e bilíngue. Existem quatro EIs instituídas pelo Decreto Municipal 1394/2011, localizadas no Rio Negro, comunidades Terra Preta e São Thomé, e no Rio Cuieiras, comunidades Três Unidos e Nova Esperança. A partir de 2014, a Lei nº 1893, de 2014, alterou a denominação dessas escolas municipais para a denominação em

---

<sup>1</sup> Educação Escolar Indígena

<sup>2</sup> Educação Indígena

língua indígena. Tal designação fortaleceu a educação pautada nos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo, da interculturalidade e da participação comunitária.

Os professores que atuam nas Escolas Indígenas são naturais da própria comunidade e a maioria não possui formação em nível superior. Esses professores, além de trabalharem a educação da base nacional, têm a incumbência de trabalhar os aspectos culturais e a língua do seu povo. Esse trabalho é fortalecido pelos projetos societários com o apoio da assessoria pedagógica da GEEL, que orienta no desenvolvimento das atividades da EEI, juntamente com a EI, fazendo cumprir o que é estabelecido nos documentos oficiais com relação a uma educação específica e diferenciada. Tal educação é fortalecida nas escolas, que se localizam no entorno de Manaus e buscam fortalecer os aspectos culturais e linguísticos de seu povo, a saber: Escola indígena Municipal *Kunya Taputira*, Escola Indígena Municipal *Arú Waimi*, Escola Indígena Municipal *Kanata T-Ykua*, Escola Indígena Municipal *Puranga Pisasú*.

Para os povos indígenas que residem em contexto urbano, não existem políticas públicas voltadas para atender essa população, por isso, o trabalho desenvolvido pela GEEL, juntamente com as comunidades indígenas parceiras, pode ser tido como o início de um trabalho visionário que busca garantir o acesso a uma educação pautada no compromisso com a cultura e língua indígenas.

A presença indígena na cidade advém de inúmeras razões, dentre as quais destacamos: a busca por atendimento à saúde, à educação e/ou melhores condições de sobrevivência. Nessa ótica, uma grande população de indígenas em contexto urbano acaba se concentrando nas áreas periféricas de Manaus, formando comunidades indígenas urbanas ou verdadeiras “aldeias urbanas”, como bem explana Baines:

A migração indígena para os centros urbanos ocorre de maneiras muito diversas, desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já há um contingente grande de índios organizados politicamente até casos de migração de indivíduos para a cidade em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida. Em outras situações a própria organização social indígena se configurou para formar grandes aldeias urbanas [...] (BAINES, 2001, p 16).

Em Manaus, esse movimento de migração fez emergir reivindicações de diversas organizações por uma educação escolar diferenciada em meio urbano. Por isso, em 2005, o município dá início à execução de políticas educacionais para as comunidades indígenas na cidade através da implantação, além das quatro Escolas Indígenas, de Espaços Culturais e Educativos no município de Manaus, conforme artigo 8º, do Decreto Municipal 1394/2011.

Mesmo morando na cidade, os indígenas podem manter vivos seus valores culturais, linguísticos e identitários, dependendo do modo como se organizam e se inserem na vida social. Para Josibel Rodrigues (In: Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus), sobre os indígenas em Manaus e a formação de comunidades,

há o mito de que o índio localizado nas áreas urbanas deixa automaticamente de ser índio, pois a experiência tradicional de cada povo não é válida na cidade, onde a tendência seria abandonar a cultura, sua identidade, uma vez que o foco da política indigenista está centrado quase que exclusivamente nas aldeias, que são entendidas oficialmente como localizadas em áreas rurais, por oposição às áreas urbanas (2009, p. 67).

Com base nesses argumentos, Manaus torna-se pioneira no atendimento educacional diferenciado voltado à população indígena na cidade e entornos, através dos Centros

Municipais de Educação Escolar Indígena de Manaus. Os CMEElS têm como objetivo revitalizar e fortalecer elementos culturais nas comunidades indígenas fora da aldeia.

Da mesma forma que as Escolas Indígenas, nos CMEElS, a maioria dos professores não possui formação acadêmica, ficando sob a responsabilidade dos assessores pedagógicos da GEEl, acompanhar e orientar as questões pedagógicas, administrativas e outros assuntos pertinentes. Sendo assim, “o assessoramento não se reduz mais aos espaços de educação escolar ou até mesmo formal, mas estende-se a outros níveis educacionais” (MONEREO & POZO, 2017, p. 18).

### O trabalho pedagógico e a revitalização da língua materna e da cultura nas EIs e nos CMEElS

O trabalho pedagógico referente à Educação Indígena está embasado nos aspectos que levam em consideração a importância das Escolas Indígenas e dos Centros Municipais de Educação Escolar Indígena para a revitalização da língua e da cultura indígenas.

Para que o processo pedagógico flua de maneira que atenda a esses aspectos, alguns recursos são de extrema importância, como: o Caderno de Pesquisa, elaborado pelos professores indígenas; o Caderno de Planejamento, elaborado pelos professores indígenas com auxílio dos assessores pedagógicos e o Caderno do Aluno, elaborado pelo professor indígena.

Figura 2: Cadernos de Pesquisa, de Planejamento e do Aluno



Fonte: Gerência de Educação Escolar Indígena, SEMED/Manaus

Estes recursos pedagógicos são elaborados pelos professores indígenas, juntamente com o

auxílio dos assessores pedagógicos e objetivam o acompanhamento tanto educacional quanto linguístico e cultural, uma vez que os professores indígenas planejam o conteúdo e as atividades das aulas mediante a cultura e a língua de sua etnia. Dessa forma, língua e cultura indígenas atuam como identidade sociocultural dos povos residentes em Manaus e entornos.

Figura 3- Caderno de Pesquisa Linguística e Cultural e Caderno de Planejamento



Fonte: Gerência de Educação Escolar Indígena - SEMED/Manaus

O propósito social e pedagógico é o de valorizar os elementos socioculturais e linguísticos a fim de que a herança tradicional ancestral dos povos indígenas se torne cada vez mais vivenciada em suas comunidades na cidade.

No decorrer do ano letivo de 2020, para que o processo sócio, linguístico e pedagógico continuasse no período de pandemia, foi implantado o ensino remoto. Apesar dos desafios enfrentados na continuidade da Educação Escolar Indígena, vale ressaltar os pontos positivos e negativos que foram observados na continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Como pontos negativos, podemos elencar três situações-macro que foram barreiras na continuidade do ensino. Primeiro, a questão da situação financeira das comunidades, professores e alunos indígenas, uma vez que a modalidade implantada exige recursos tecnológicos que, em sua maioria, não são realidade para as comunidades indígenas. Segundo, a distância e a localidade das Escolas Indígenas e da maioria dos CMEElS, pois a maioria desses estabelecimentos estão situados na zona rural e os que se encontram em zona urbana estão localizados na periferia da cidade,

em locais sem condições sanitárias. Esse fator interfere no terceiro ponto, pois o grande problema enfrentado é a dificuldade ao acesso à Internet.

Partindo dos estudos realizados pelos assessores da GEEI para conseguir sanar as dificuldades acima elencadas, foram discutidas propostas de soluções pertinentes a essas dificuldades e, dessa forma, atender de maneira abrangente tanto as EIs quanto os CMEEIs, e assim dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem de maneira remota.

Foi realizado levantamento sobre quais comunidades tinham acesso aos recursos tecnológicos, sendo assim, observou-se que em todas as comunidades os professores possuíam, pelo menos, um aparelho celular e, em sua maioria, um notebook. O que facilitou a produção de atividades em língua e cultura indígenas e a continuidade do ensino.

Após consulta sobre as informações dos recursos tecnológicos utilizados e sob posse pelos professores e comunidades indígenas foram tomadas as seguintes ações para a continuidade do ano letivo. O primeiro ponto positivo foi o uso do *WhatsApp* como meio de contato entre os assessores e os professores e entre os professores, alunos e pais/comunidade.

Além do contato, esse recurso foi utilizado para envio/recebimento de atividades entre professores e alunos e envio/recebimento/feedback por parte dos professores e assessores da GEEI. Neste segundo aspecto, outras ferramentas também foram utilizadas, como: *E-mail*, *Google Classroom* e o *Google Meet*, este último, principalmente, nas formações dos professores indígenas, jornada pedagógica e rodas de conversas (evento criado para dialogar sobre Educação e a pandemia nas comunidades indígenas).

Por fim, o grande desafio e ponto negativo ficou com relação ao acesso à Internet, uma vez que, devido à localidade, o sinal é muito ruim e até mesmo inexistente. A solução encontrada foi atender os professores sem datas específicas, pois os professores dependiam tanto do

gerador de energia (na zona rural) quanto do sinal de internet (tanto na zona rural quanto na urbana) e de dinheiro para inserir créditos no celular e, dessa forma, utilizar a Internet.

Apesar desses entraves, o ponto positivo e norteador de todas as ações, tomadas em conjunto, foi o fato de que os assessores, professores e a comunidade dialogaram bastante nesse período e decidiram, de maneira unânime, em favor da continuidade da Educação Escolar Indígena por meio do ensino remoto.

### **O cenário atual e a continuidade da Educação Escolar Indígena por acesso remoto**

A suspensão da sequência normal de aulas provocada pela pandemia do Coronavírus pôs em evidência a situação econômica e social de países que apresentam índices significativos de pobreza e desigualdades sociais como o Brasil. Além disso, na cidade de Manaus, questões geográficas, culturais, econômicas e tecnológicas que regem a sociedade ficaram ainda mais em evidência e contribuíram para dar maior visibilidade às pessoas que antes eram postas à margem da sociedade, vivendo e sobrevivendo nas periferias.

Essa quantidade significativa da população manauara vem sendo muito afetada neste período, principalmente no que se refere à sobrevivência, pois, muitos alunos necessitam auxiliar suas famílias e, dessa forma, acabam se afastando da escola por motivo de escassez financeira.

Contudo, a proposta de solução viável para esse momento pandêmico foi a continuidade do ensino por meio do acesso remoto. Nesse caso, contando-se com a utilização de recursos midiáticos como o *WhatsApp*, *E-mail*, *Google Drive* e o *Google Meet*, que são recursos gratuitos e de conhecimento comum, aliados às metodologias e materiais já utilizados no processo pedagógico da GEEI, como os cadernos de Pesquisa, de Planejamento e do Aluno, elaborados todo início de ano e que acompanham todo o desenvolvimento educacional dos alunos ao longo do ano letivo.

Portanto, para que essa realidade se concretize é necessário que os alunos dessas comunidades sejam letrados digitalmente. Segundo Xavier (2005, p.8), “a aquisição do letramento digital se apresenta como uma necessidade educacional e de sobrevivência”. Sendo assim, o uso de recursos tecnológicos tem proporcionado a continuidade da Educação Escolar Indígena e, no caso dessas comunidades, tem dado acessibilidade à Educação Básica, sendo de suma importância a aquisição desses tipos de letramentos.

As TICs estão por toda parte, e o indivíduo que não é letrado digitalmente tende a “perecer”. Por exemplo, no mercado de trabalho, de forma geral, exigem do indivíduo que tenha conhecimento sobre computador, internet etc. Dessa maneira, aquele que não possui habilidades tecnológicas, acaba ficando fora desse mercado. A exigência não é somente de ordem técnica (saber usar o Word, navegar na Internet), mas de ordem cognitiva (saber escolher sites confiáveis, não se expor aleatoriamente, produzir material condizente com o contexto etc.).

No que tange à cultura digital, citamos os antropólogos, sociólogos, engenheiros franceses e ingleses associados, e entre tantos, Bruno Latour, Michel Callon e John Law que desenvolveram a Teoria social Ator-Rede (TAR). A respeito dessa teoria, Buzato pondera que

A proposta de Latour e colegas para o estudo dos significados teóricos e políticos das tecnologias, conhecida como Teoria Ator-Rede (doravante TAR), funda-se no exame etnográfico das redes de práticas sociais interdependentes (e dos objetos que estabelecem essas interdependências) no campo da tecnociência, um exame que obedece ao princípio metateórico da simetria generalizada, isto é, o pressuposto de que humanos e não-humanos são actantes (no sentido greimasiano de participantes semióticos da narrativa) definíveis relacionalmente, a partir das maneiras como agem/resistem nessas redes de práticas (BUZATO, 2009, p.72).

Por isso, a TAR fundamenta-se no princípio de que há uma interação em rede, entre o ser humano e objetos, coisas, definindo-se, assim, como a interação entre atores humanos e não-humanos, que se comunicam e provocam mudanças um no outro. Assim, mediante a interação entre um ator não-humano, no caso a tecnologia, com o ator-humano, o processo de aprendizagem de uma língua acontece e modifica o modo de percepção e recepção de informação dos aprendizes.

### **Considerações Finais**

Em nosso trabalho, apresentamos um estudo acerca das ações tomadas para dar continuidade à Educação Escolar Indígena no município de Manaus durante o período da pandemia do Coronavírus.

Vimos, portanto, que a solução encontrada foi a de usar os recursos tecnológicos de conhecimento das comunidades e de fácil acesso para todos, para dar sequência às aulas por meio do ensino remoto.

Diante disso, podemos dizer que, frente à situação atípica devido à COVID-19, muitos desafios foram enfrentados e a partir deles pudemos observar tanto pontos positivos quanto negativos com relação à implantação dessa modalidade de ensino.

Em nossas observações, podemos destacar como pontos negativos: 1. a questão da situação financeira das comunidades, professores e alunos indígenas, uma vez que a modalidade implantada exige recursos tecnológicos que, em sua maioria, não são realidade para as comunidades indígenas; 2. a distância e a localidade das Escolas Indígenas e da maioria dos CMEIs, pois a maioria desses estabelecimentos estão situados na zona rural e os que se encontram em zona urbana estão localizados na periferia da cidade, em locais sem condições sanitárias; e, por fim, 3. a dificuldade ao acesso à Internet.

Diante desses fatores, podemos elencar os pontos positivos que foram tomados para sanar os desafios enfrentados: 1. foi realizado

levantamento sobre quais comunidades tinham acesso aos recursos tecnológicos e, dessa maneira, observou-se que em todas as comunidades os professores possuíam, pelo menos um aparelho celular e, em sua maioria, um notebook; 2. o acesso a esses recursos facilitou a produção de atividades em língua e cultura indígenas e a continuidade do ensino; e, 3. o grande desafio e ponto negativo ficou com relação ao acesso à Internet, uma vez que devido à localidade o sinal é muito ruim e até mesmo inexistente. Por isso, a solução encontrada foi atender os professores sem datas específicas, pois os professores dependiam tanto do gerador de energia (na zona rural) quanto do sinal de internet (tanto na zona rural quanto na urbana) e de dinheiro para inserir créditos no celular e, dessa forma, utilizar a Internet.

A partir desses pontos positivos, o uso do *WhatsApp* como meio de contato entre os assessores e os professores e entre os professores, alunos e pais/comunidade foi muito importante, bem como, para envio/recebimento de atividades entre professores e alunos e envio/recebimento/feedback por parte dos professores e assessores da GEEL. Além disso, outras ferramentas também foram utilizadas, como: *E-mail*, *Google Classroom* e o *Google Meet*, este último, principalmente, nas formações dos professores indígenas, jornada pedagógica e rodas de conversas.

É importante ressaltar que este trabalho se refere a alguns pontos positivos e negativos enfrentados durante o período de pandemia em 2020, e que devido ao atual cenário sanitário,

provavelmente o ensino remoto será ainda mais necessário para dar continuidade à Educação Escolar Indígena no ano de 2021. Sendo assim, mais desafios surgirão e serão enfrentados.

## Referências

- BAINES, S. G. As “chamadas aldeias” urbanas ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, v.2 n. 7, p.15 – 17, 2001.
- BUZATO, Marcelo E. K. **Letramento, novas tecnologias e a Teoria Ator-Rede: um convite à pesquisa**. Remate de Males, Vol. 29, Fac. 1, pp.71-88, Campinas, SP, 2009.
- GRUPIONI, L. D. B. **Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil**. Em *Aberto*, v. 20, n. 76, 2008.
- MONEREO, C.; POZO, J. I. **A prática de assessoramento educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Decreto nº 8.396 de 20 de Abril de 2006**. Dispõe sobre as Competências Genéricas, a Estrutura Operacional, o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções da Secretaria Municipal de Educação, e adota outras providências. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2006.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Decreto nº 8.912, de 12 de Março de 2007**. Homologa Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação e adota outras providências. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2007.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Decreto nº 1394, de 29 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escolas indígenas e o reconhecimento da categoria de professores indígenas no Sistema de Ensino Municipal no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2011.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Lei nº 1.893, de 23 de julho de 2014**. Altera a denominação das escolas municipais que especifica e dá outras providências. Manaus: Diário Oficial do Município, 2014.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Lei Orgânica do Município de Manaus**. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2017.
- RODRIGUES, J. **A resposta à estigmatização produz território étnico: os indígenas em Manaus e a formação de comunidades**. In: *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas*

em Manaus / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glademir Sales dos Santos; autores, Luís Augusto Pereira Lima... [et al.]). Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

RUBIM, A. C. **Identidade dos Professores Indígenas e Processo de Territorialização/Manaus-Am.** Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SANTOS, J.N. **Educação escolar indígena no município de Manaus (2005 - 2011).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

XAVIER, A. C. S. **Letramento Digital e ensino.** In. SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.